



Com quantas dobras se faz um dispositivo? O conceito de dispositivo em Michel Foucault e Sueli Carneiro

*Wheber Mendes dos Santos**

*Acassia dos Anjos Santos Rosa***

Resumo: O presente texto articula memórias da infância vividas à beira do Rio São Francisco, com reflexões filosóficas sobre a construção conceitual na pesquisa em educação. A imagem das canoinhas de papel, dobradas com esforço e afetividade, torna-se metáfora central para pensar os conceitos como produções instáveis, rasuradas e moventes. Inspirado por autores como Deleuze, Guattari, Veiga-Neto, Foucault e Sueli Carneiro, o texto questiona a busca por estabilidade conceitual e propõe uma abordagem filosófica que valoriza o dobramento e o redobramento das ideias em contextos históricos e políticos específicos. A partir da leitura de Foucault, o conceito de “dispositivo” é desdobrado como um arranjo heterogêneo de saberes, práticas e normas que moldam subjetividades e operam relações de poder. Sueli Carneiro contribui ao rasgar e reinscrever o dispositivo a partir do chão da racialidade, introduzindo o “dispositivo de racialidade” como operador de exclusão e manutenção da branquitude como norma. Assim, o texto propõe uma filosofia da dobra: aprender a rasgar e refazer os conceitos, como se dobra uma canoinha, como quem navega pelas águas turvas da memória e da opressão, em busca de outros rumos para a existência, a subjetividade e a pesquisa.

Palavras-chave: Dispositivo; Conceitos; Racialidade.

* Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Psicanalista membro do Sankofa Psicanálise. E-mail: whebeer@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6039343726650567>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1495-4641>.

** Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora permanente em Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: acassiaanjos@academico.ufs.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8946727261045876>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5858-6628>.

**How many folds does it take to make a
dispositif?**

**The concept of Dispositif in Michel
Foucault and Sueli Carneiro**

Abstract: This text articulates childhood memories lived on the banks of the São Francisco River with philosophical reflections on conceptual construction in educational research. The image of paper canoes, folded with effort and affection, becomes a central metaphor for thinking of concepts as unstable, marked, and mobile productions. Inspired by authors such as Deleuze, Guattari, Veiga-Neto, Foucault, and Sueli Carneiro, the text questions the pursuit of conceptual stability and proposes a philosophical approach that values the folding and unfolding of ideas within specific historical and political contexts. Drawing on Foucault, the concept of the “dispositif” is unfolded as a heterogeneous arrangement of knowledge, practices, and norms that shape subjectivities and operate power relations. Sueli Carneiro contributes by tearing and reinscribing the dispositif from the ground of raciality, introducing the “raciality dispositif” as an operator of exclusion and maintenance of whiteness as the norm. Thus, the text proposes a philosophy of the fold: learning to tear and remake concepts, as one folds a canoe, like someone navigating through the murky waters of memory and oppression, in search of new directions for existence, subjectivity, and research.

Keywords: Dispositif; Concepts; Raciality.

**¿Con cuántos pliegues se hace un
dispositivo?**

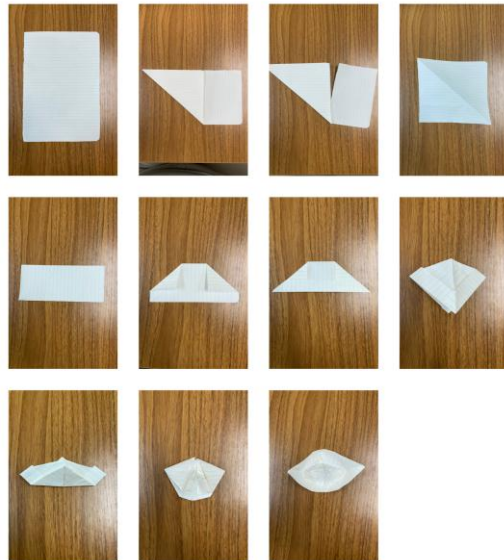
**El concepto de dispositivo en Michel
Foucault y Sueli Carneiro**

Resumen: El presente texto articula memorias de la infancia vividas a orillas del río São Francisco con reflexiones filosóficas sobre la construcción conceptual en la investigación educativa. La imagen de las pequeñas canoas de papel, dobladas con esfuerzo y afecto, se convierte en una metáfora central para pensar los conceptos como producciones inestables, tachadas y móviles. Inspirado en autores como Deleuze, Guattari, Veiga-Neto, Foucault y Sueli Carneiro, el texto cuestiona la búsqueda de estabilidad conceptual y propone un enfoque filosófico que valora el pliegue y repliegue de las ideas en contextos históricos y políticos específicos. A partir de la lectura de Foucault, el concepto de “dispositivo” se despliega como un arreglo heterogéneo de saberes, prácticas y normas que moldean subjetividades y operan relaciones de poder. Sueli Carneiro contribuye al rasgar y reinscribir el dispositivo desde el suelo de la racialidad, introduciendo el “dispositivo de racialidad” como operador de exclusión y mantenimiento de la blancura como norma. Así, el texto propone una filosofía del pliegue: aprender a rasgar y rehacer los conceptos, como quien dobla una pequeña canoa, como quien navega por las aguas turbias de la memoria y la opresión, en busca de otros rumbos para la existencia, la subjetividad y la investigación.

Palabras clave: Dispositivo; Conceptos; Racialidad.

Introdução

FIGURA 1 — Montagem de uma canoa de papel¹



Fonte: fotografado pelos autores.

A infância tem suas próprias filosofias. Entre corridas descalças sobre o barro quente, o cheiro do rio e a ansiedade por ver as pequenas canoas de papel boiando na correnteza, fui sendo dobrado pela vida tanto quanto dobrava as folhas dos cadernos velhos. Cada ida à Prainha era mais

¹ Embora o conceito de “dobra”, conforme formulado por Deleuze a partir de Leibniz, esteja associado a um princípio dinâmico de inflexão contínua entre dentro e fora, corpo e mundo, sua apreensão não se limita ao movimento físico ou cinético. A dobra opera como condição ontopolítica de subjetivação, deixando marcas, tensões e vestígios no corpo. Nesse sentido, a fotoperformance não deve ser compreendida como mero congelamento empobrecedor do gesto, mas como uma inscrição que torna visível a força da dobra, suas linhas de tensão e seus efeitos no corpo. Ao suspender o tempo, a fotografia não anula a dinâmica da dobra, mas a desloca para o campo da intensidade e da afecção, permitindo que quem experimenta a leitura do texto acesse visualmente a persistência da dobra enquanto rastro, memória e operação política. Além disso, este ensaio se compõe a partir desse experimento entre memória e ação.

do que uma travessia espacial; era também um mergulho no tempo, nos afetos e nas dobras da existência. Aquela margem do Rio São Francisco não era apenas paisagem – era experiência, corpo, memória e invenção.

Essas canoinhas de papel, dobradas e lançadas à água em tardes de domingo, tornaram-se metáfora potente para pensar a instabilidade dos conceitos com os quais dialogamos na vida e na pesquisa. Se, na infância, o desafio era manter as canoas flutuando, hoje, o desafio é manter os conceitos em suspensão, resistindo à ânsia de fixá-los, de fazê-los afundar sob o peso de certezas. Os conceitos não são estruturas fixas, mas dobraduras frágeis e inquietas do real, nascidas das urgências históricas, das tensões e das rasuras.

Este ensaio parte da Prainha, mas deságua nos campos da filosofia, da genealogia e da crítica social. Navegaremos com Foucault e suas dobras sobre o saber-poder, seguiremos pelas mãos negras de Sueli Carneiro, que desdobra e rasga os conceitos para revelar camadas de opressão e resistência inscritas na história brasileira. Com eles, propomos pensar o conceito de *dispositivo* – e especialmente o de *dispositivo de racialidade* – como uma canoa de papel: uma figura que se faz e desfaz, que flutua em meio a correntes, que responde a movimentos externos e internos, que se dobra à medida que tenta compreender o mundo que a cerca.

Este trabalho, portanto, é uma travessia entre memória e teoria, entre corpo e conceito, entre infância e crítica. Propõe-se aprender pelas dobras, rasgar o papel quando for preciso e, sobretudo, não temer molhar as mãos. Neste ensaio, apresentado a seguir, usamos a fabulação desses conceitos, como uma forma de construir o uso do conceito de dispositivo além do cânone, pela brasileira Sueli Carneiro (2023), que constrói sua analítica de processos de subjetivação a partir o que ela chamou de dispositivo de racialidade.

O conceito, uma canoa de papel

Quando eu era criança, especialmente aos domingos, costumávamos ir à Prainha. Era uma porção do Rio São Francisco que se assemelhava a uma praia, com areia, cadeiras, bares e uma área propícia

para o banho. Era uma sensação deliciosa sentir o sol da manhã sobre minha negra pele, correr descalço e sentir a areia quente batendo nas “canelas”, enquanto os ventos faziam rodopios e brincavam em meu corpo, muitas vezes deixando-me coberto de areia da cabeça ao pé.

Íamos a pé, geralmente descalços, atravessando a pista quente que soltava “seu bafo” e embaçava de calor o horizonte próximo. Seguíamos cheios de bolsas a avenida e descíamos o cais na beira do rio. Via o verde da vegetação, sentia os galhos da jurubeba e os baceiros retirados do rio em meus pés. O barro vermelho aparecia nas porções em que não havia cana nem capim. Aquela entre-cena, entre canas, entre colônia-Brasil. Corríamos sempre por ali, dentro das goiabeiras, tentávamos fazer de tudo para evitar as vacas que pastava nessa paisagem, minha mãe morria de medo.

Em dias de chuva, a lama vermelha colava nas pernas, juntava-se a pedaços de capim até chegar à Prainha. O trajeto não era longo. O rio ficava bem perto da minha casa e, muitas vezes, conseguia sentir seu cheiro enquanto caminhava pelo terreiro dos meus avós. O desembesto era grande para chegar logo à Prainha, principalmente da minha parte. Sentia que eram horas caminhando, perdido próximo a uma longa plantação. Um caminho interminável.

Costumava ir com minha mãe, minha tia e minha avó. Era um momento de grande diversão para nós. Preparávamos um conjunto de coisas para levar para esse momento. Minha vó passava a tarde de sábado fazendo “jajá”² com suco de goiaba, leite de coco com chocolate, suco de maracujá e o tão disputado jajá de Coca-Cola.

Meu avô, que muitas vezes já não se aventurava mais no rio, por não querer se banhar, ficava no alto da ladeira da descida do cais. Eu conseguia sempre o ver tentando nos observar na imensidão das águas e das árvores que cobriam boa parte do seu campo visão. Lembro-me que toda vez que andávamos mais um pouco, ele inclinava a cabeça para ver

² A palavra “jajá” é um termo regional usado em algumas partes do Brasil para se referir ao “geladinho”, um doce congelado feito geralmente com suco, leite ou outros ingredientes adoçados, colocados dentro de um saquinho plástico e levado ao congelador.

onde estávamos, até, reciprocamente, sumirmos diante dos nossos olhos, na imensidão imanente.

Meu avô tinha uma canoa, a tão lendária Canoa do João, que permaneceu intacta durante anos, mas com o avanço de sua idade, ele já não a guiava mais. Sempre amei o rio, especialmente andar de canoa, mas nunca tinha entrado na sua. Era muito comum, durante as tardes, eu imaginar nós dois dentro dela, vendo as pipas no céu, a imensidão vermelha do sol descendo o rio e conhecendo um lugar que eu nunca tinha estado, Sergipe. O que tem após o rio?

Nessas idas à Prainha, minha tia e eu passávamos toda a tarde do dia anterior fazendo canoinhas de papel. Fazíamos muitas. Eram *origamis* feitos com folhas destacadas de cadernos velhos ou da revista da *Hermes*³. Muitas vezes eu acabava cortando meus dedos no papel. Passava as unhas na dobradura do papel, que rasgava para a enquadrar. Errava a dobradura. Tentava desdobrar e dobrar de novo.

As folhas de papel muitas vezes desbotavam de tantas dobras e mais desdobras. Até rasgavam. Minhas mãos ficavam sujas de sangue e tinta. Tudo era feito muito cuidadosamente para que elas não afundassem quando as lançássemos ao rio, com o intuito de ver quem as conseguia manter navegando por mais tempo sem naufragar.

Uma, duas, três canoas. O movimento das águas as levava por caminhos diferentes. Subiam e desciam, o vento as derrubava. Entrava água, corríamos para retirar, mas, ao mesmo tempo, com movimentos cuidadosos, tentávamos mantê-las inteiras e em pé. Era mágico ver canoas coloridas flutuando no rio.

*Mas, o que canoinhas de papel têm a ver com conceitos filosóficos?*⁴

³ A Revista Hermes era uma revista de catálogo de compras muito popular no Brasil, especialmente entre as décadas de 1980 e 2000. Funcionava como um meio de vendas por catálogo, oferecendo roupas, calçados, eletrodomésticos e outros produtos, permitindo que os clientes fizessem pedidos por meio de representantes ou pelos correios.

⁴ Para nós, nessa política de escrita que adotamos, uma escrita política que se constrói com as memórias de corpos-carne que se fazem presentes, pensamos que os conceitos podem ser formas de ler o mundo que dialogam com as suas condições de produção. Dessa maneira, ao enredarmos e fabularmos essa escrita conceitual, tentamos construir condições propícias

Ao pensar um pouquinho no que seria um conceito, chegamos de imediato à função do filósofo perante seu fazer filosófico, que seria a de inventar conceitos. Conceitos não seriam descobertos a partir de uma correspondência a uma imagem do real, mas por meio de um problema que emana das relações sociais e que demandam a sua criação e a da sua realidade. “É necessário dobrar, desdobrar, redobrar: o maneirismo substitui o essencialismo” (Domènech; Tirado; Gomes, 2001, p. 133).

Não devemos chegar a conceitos estáveis e seguros em nossas pesquisas, já que acreditar que eles tenham tais propriedades, é acreditar que a própria linguagem possa ser estável e segura [...]. Muito mais interessante e produtivo é perguntarmos e examinarmos como as coisas funcionam e acontecem e ensaiarmos alternativas para que elas venham a funcionar e acontecer de outras maneiras (Veiga-Neto, 2017, p. 18).

Veiga-Neto (2017) sugere que a busca por conceitos fixos e imutáveis em pesquisas de educação pode ser uma limitação, pois pressupõe que a própria linguagem seja estável e segura. No entanto, a linguagem é dinâmica, sujeita a mudanças históricas, sociais e culturais, o que implica que os conceitos também estão em constante transformação. Assim, acreditar em definições absolutas pode restringir a compreensão dos fenômenos estudados, impedindo a novas possibilidades e perspectivas.

Os conceitos são peças assimétricas que não se encaixam como uma tessitura. “Os conceitos filosóficos são totalidades fragmentárias que não se ajustam umas às outras, já que suas bordas não coincidem. Eles nascem de lances de dados, não compõem um quebra-cabeças” (Deleuze; Guattari, 1993, p. 47). Eles não se ajustam perfeitamente, não se compõem como um todo. Não se estruturam.

Vamos confabular e imaginar o modo de fazer as canoinhas de papel: eram feitas com páginas de caderno ou revista. Eram por mim dobradas, desdobradas, rasgadas com a unha, desbotavam com o suor dos

para implicar um outro fazer à ciência, como Grada Kilomba (2019) chama de desobediência poética à colonialidade científica.

dedos, muitas vezes rasgavam, e essas páginas não eram mais utilizadas. Tudo isso para criar uma canoinha.

Os conceitos dobram o real. Tentam investigar suas rasgaduras. São dobrados, desdobrados, até ficarem desbotados e serem rasgados, muitas vezes até colados com fita crepe. Em outras, não há maneira de colar. As canoinhas são dobras do papel, os conceitos são dobras do real. São criações filosóficas que boiam em uma água, não uma grande canoa, mas uma esquadrilha de papel no rio.

Basta compreender, e sobretudo ver e tocar as montanhas a partir de seus dobramentos para que percam sua dureza, e para que os milênios voltem a ser o que são, não permanências, mas tempo em estado puro, e flexibilidades. Nada é mais perturbador que os movimentos incessantes do que parece imóvel. Leibniz diria: uma dança de partículas reviradas em dobra. (Deleuze, 1992, p. 195).

Deleuze (1992) nos sugere que aquilo que percebemos como sólido e imutável – como as montanhas – é, na verdade, resultado de movimentos contínuos e transformações sutis ao longo do tempo. A ideia de que as montanhas perdem sua “dureza” quando vistas a partir de seus dobramentos significa que, ao analisarmos sua formação geológica, percebemos que elas não são estáticas, mas fruto de forças tectônicas que as moldam incessantemente. Dessa forma, o tempo não deve ser visto como permanência, mas como fluxo puro e flexível, no qual tudo está em constante transformação, ainda que essa mudança possa ser imperceptível em escalas humanas.

A referência a Leibniz e sua noção de “dobras” reforça a ideia de que até o que parece imóvel é, em sua essência, movimento e transformação. Para Leibniz, a realidade é composta por uma dança incessante de partículas, que se reorganizam em múltiplas camadas e dobraduras. Essa visão desafia a concepção de um mundo estático, mostrando que a matéria e o tempo são dinâmicos e interligados. Assim, o trecho nos convida a repensar nossa percepção da realidade, abandonando a ilusão da estabilidade e reconhecendo a fluidez e a complexidade do que nos cerca.

Uma frota de canoas reviradas em dobras. O que bate no barquinho, a onda que o move outros lugares, ou com o meu movimento, que são variáveis externas a ele. “A dobra. Essa figura faz referência a processos, relações de movimento e descanso” (Domènech; Tirado; Gomes, 2001, p. 123). No caso dos conceitos, as variáveis externas (estados de coisas, momentos na história) seriam outros movimentos que esbarram com o problema de criação do conceito.

Podemos ousar brincar com o conceito de dispositivo, caro a esta pesquisa. Durante meus últimos anos de graduação e em meus anos de mestrado, pude perceber constantes experimentações de Foucault sobre esse conceito, assim como Sueli Carneiro e outros autores. Foi angustiante todo esse movimento, pois estava acostumado a uma visão mais dura das densas tramas da pesquisa. Neste momento, gostaria de desdobrar esse barquinho e mostrar as dobras que o tempo marcou na construção desse conceito, muitas vezes rasgando e colando as partes.

Chão, dobras e água: as bordas de Foucault

FIGURA 2 — A dobra



Fonte: fotografado pelos autores.

Foucault dobra um problema. Arreia no seu chão europeu as suas folhas e as dobra, em um movimento meticuloso, a fim de tentar captar esse problema. O complexo conjunto de sentidos e articulações que arroteiam o conceito de dispositivo emerge como um campo confuso e

problemático em meados da década de 1970, quando, em suas pesquisas, Michel Foucault ensaia articular a relação entre saber e poder. As premissas estudadas anteriormente pelo filósofo já apresentam disparidades em relação à produção acadêmica da época, *outrando* novos olhares sobre problemáticas já estudadas na filosofia, como a problemática do saber e do poder.

Em suas pesquisas a respeito das instituições disciplinares e punitivas, ele chega a uma aposta teórica sobre o poder, afirmando que este não é concentrado apenas na figura do Estado ou em grandes instituições. Nesse esboço, o autor considera uma rasura, um rasgo nas concepções de poder dominantes, afirmando que este se encontra em relações cotidianas, em práticas discursivas e em saberes que estruturam a sociedade na forma de relações de poder, capilares, descentralizadas e difusas:

São, portanto, relações que se podem encontrar em diferentes níveis, sob diferentes formas; essas relações de poder são móveis, ou seja, podem se modificar, não são dadas de uma vez por todas. O fato, por exemplo, de eu ser mais velho e de que no início os senhores tenham ficado intimidados, pode ser inverter durante a conversa, e serei eu quem poderá ficar intimidado diante de alguém, precisamente por ser ele mais jovem. Essas relações de poder são, portanto, móveis, reversíveis e instáveis (Foucault, 2006, p. 276).

Mas antes de prosseguirmos, é válido relembrar que as pesquisas arqueológicas de Foucault levantaram uma série de questões envolvidas e emaranhadas nessa concepção de poder: as relações de saber. Para ele, o saber nasce como meio não-linear de conhecer, tomando posição de agência dentro do discurso, sendo este uma forma de prática discursiva:

Os elementos do saber são a base a partir do qual se constroem proposições coerentes (ou não), se desenvolvem descrições mais ou menos exatas, se efetuam verificações, se desdobram teorias. formam o antecedente do que se revelará e funcionará como um conhecimento ou uma ilusão, uma verdade admitida

ou um erro denunciado, uma aquisição definitiva ou um obstáculo superado [...] um saber é aquilo que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico (Foucault, 2006, p. 219-220).

O discurso não é um simples reflexo da realidade ou um meio neutro de construção do saber. Ele é um campo de disputa, no qual certos enunciados são aceitos como verdadeiros enquanto outros são excluídos. Isso significa que a produção do saber não ocorre de maneira livre, mas sim dentro de regras invisíveis que determinam o que pode ser dito, por quem e em quais condições:

O dispositivo [...] é justamente a natureza do nexos que pode existir entre esses elementos heterogêneos. Assim, o discurso pode aparecer como programa de uma instituição, como um elemento que pode justificar ou ocultar uma prática, ou funcionar como uma reinterpretação segunda dessa prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade (Foucault, 1994, p. 299).

Portanto, para ele, o saber não é neutro; está intrinsecamente ligado ao poder, operando como um meio simbiótico de formação discurso-saber-poder. Porém, os objetivos de Foucault (2009, p. 1) em seus empreendimentos nunca foi a construção de uma teoria do poder, seu

propósito não foi analisar o fenômeno do poder, tampouco elaborar os fundamentos de sua análise, ao contrário, meu objetivo foi elaborar uma história dos diferentes modos pelos quais os seres humanos são constituídos em sujeitos.

Ao considerarmos essa assertiva, é importante lembrar que a própria tentativa, nas pesquisas arqueológicas de Foucault em entender as lacunas entre saber e poder, era de enredar o sujeito em uma trama histórica que desse conta de esboçar uma teoria crítica ao sujeito moderno.

Para Revel (2005, p. 84), esse “desafio é, portanto, ao contrário das filosofias do sujeito, chegar a ‘uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica’”.

O dispositivo, dessa forma, é uma forma de construir uma gambiarra, uma dobra da realidade, uma invenção que articule um conjunto heterogêneo de elementos – discursos, instituições, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas e práticas diversas – que possuem como meio de operação uma demanda histórica para produzir e regular formas de subjetividade e relações de poder.

Dessa maneira, assim como o papel pode ser rasgado, inclinado pelas mãos e marcado por dobras que reconfiguram sua superfície, esse mesmo mecanismo opera na inflexão teórica que estrutura a obra foucaultiana.

Ao dobrar a “canoinha” do dispositivo em sua metodologia genealógica, na tentativa de enfrentar o dilema entre saber, poder e práticas discursivas, Foucault promove uma inflexão decisiva em seu percurso teórico. Tal como o papel que, ao ser inclinado pelas mãos e marcado por dobras, tem sua superfície reconfigurada, esse movimento possibilita a convergência entre a dimensão discursiva – predominante em suas análises até 1969, sobretudo em *A Arqueologia do Saber* – e o plano político extra-discursivo, que passa a ocupar lugar central em seus estudos posteriores, especialmente nos de cunho genealógico. Longe de constituir uma ruptura, essa inflexão opera como uma dobra conceitual que reinscreve o discurso em uma trama mais ampla de forças, práticas, corpos e dispositivos de poder, evidenciando que os saberes não são alheios às suas condições de produção, mas, ao contrário, são por elas incitados, regulados e continuamente reatualizados. Esse movimento já se anunciava nas análises das instituições disciplinares e do exercício institucional do poder em *Vigiar e Punir*, mas adquire maior densidade e sistematicidade à medida que Foucault aprofunda sua genealogia das relações de poder nessa obra.

Ao observar o funcionamento disciplinar, ele correlaciona novamente sua premissa de que saberes não são construções neutras, mas emergem a partir de condições de produção e dependem de um processo de legitimação vinculado a certas condições de possibilidade espaço-

temporais, ou seja, a contextos históricos, políticos, institucionais e discursivos, que definem quais formas de conhecimento são reconhecidas como verdadeiras e quais são marginalizadas.

Esse marco de continuidade, presente em *Vigiar e Punir*, condensa os processos de constituição e validação dos esquemas de saber que atravessam a modernidade. A noção de episteme, tal como formulada por Foucault em *As Palavras e as Coisas* (1966), não apenas designa os regimes históricos de saber-verdade próprios a cada época, mas delimita as condições de possibilidade do pensável e do dizível. É a partir desse horizonte que o autor empreende a desmistificação da sociedade punitiva, demonstrando como a disciplina se institui, na modernidade, como uma tecnologia política de normalização, voltada à produção e educação de corpos e populações segundo premissas historicamente engendradas nas próprias relações de saber-poder.

Porém, é apenas no que didaticamente chamamos de fase genealógica, que essa preocupação se desloca para a análise dos dispositivos, em que o conhecimento é compreendido não apenas como um campo epistemológico, mas como uma prática inserida em relações de poder que estabelecem normas, hierarquias e exclusões. Assim, o dispositivo é um operador de um princípio organizador que concatena práticas discursivas e não discursivas, viabilizando uma análise não-linear sobre os mecanismos que dão base à produção de verdades e sujeitos em determinadas formações históricas, sendo inventado como uma forma de demarcação da diferença:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (Foucault, 2000, p. 244).

O dispositivo, segundo Foucault, é composto por um conjunto heterogêneo de elementos que estabelecem entre si relações minimamente coerentes. Essas relações formam uma rede complexa em que o saber (representado pelo dito) e o poder (representado pelo não dito) se entrelaçam de maneira dinâmica (Weinmann, 2006). Dessa forma, o dispositivo não é um sistema estático, mas uma configuração em constante transformação, cuja emergência se dá na articulação entre discursos, instituições, normas e práticas sociais. Há, nessa relação, entre esses elementos, discursivos ou não, um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes, mas que se encontram em um fecho de construções para normalização.

A filósofa Sueli Carneiro desdobra o barquinho feito por Foucault, e lê atentamente suas dobras. Ao retornar aos estudos sobre loucura realizados por Michel Foucault (1978), em que tensionam a forma como a medicina e as ciências ‘psi’ construíram um campo ontológico de intervenção e categorização clínica com a invenção da loucura, em que a existência da unidade “doente mental” viabiliza o que se entende como homem normal. Assim, se o homem normal tiver que vir a público para dizer o que ele é, irá se afirmar pela negatividade: “não sou doente mental”.

Esse “homem normal” se define pela negação de que ele é louco, tendo ênfase em sua oposição ao louco: NÃO sou LOUCO, logo, sou normal. Nesse caso, o louco é aquele construído negativamente para afirmar a dinâmica positiva no homem normal, ou seja, a sua ausência de loucura, sua normalidade (Foucault, 1978; Sueli Carneiro, 2023⁵). Ou seja, o Outro fundado pelo dispositivo apresenta-se de forma estática, nesse

⁵ Opta-se aqui pelo uso do formato de citação autor-data incluindo o nome completo da autora, como um gesto político que reconhece e reinscreve os nomes de autoria negra. Durante o regime escravocrata, a negação do nome foi uma prática sistemática de dominação – o apagamento dos nomes africanos e a imposição de nomes cristãos e patronímicos coloniais representaram a tentativa de romper laços de memória, origem e ancestralidade dos sujeitos escravizados. Assim, afirmar o nome completo nas citações é também um modo de restaurar a dignidade do sujeito negro, reinscrever sua autoria no campo do saber e confrontar o silenciamento histórico imposto pela colonialidade.

caso o louco, oposta à sua multiplicidade, o homem normal, o qual pode vivenciar, com seu corpo normal, espaços, sem ser visto como “anormal”.

Podemos observar que o dispositivo cria um campo estranho, um campo que se decola da normalidade. O dispositivo cria uma cisão entre o que é normal e o que é diferente. Só que esse jogo depende de um conjunto de forças que realizam o controle dessa diferença em função da normalidade. Para compreender o conceito de dispositivo em Foucault, é essencial atentar-se às formas de leitura e interpretação desse termo. O dispositivo não deve ser entendido como algo material. Sua configuração é mutável e fragmentada, adaptando-se às condições de sua emergência e aos anseios urgentes que o sustentam.

O dispositivo exerce um poder dominante, regulando a diferença através de comportamentos, organizando subjetividades e produzindo efeitos de verdade que moldam a forma como os indivíduos percebem a si mesmos e ao mundo.

Os dispositivos não são fixos nem universais, mas se ajustam conforme as necessidades de cada época, assumindo diferentes configurações para atender a determinados interesses. Essa flexibilidade permite que elementos discursivos – como teorias, normas e categorias de pensamento – se interliguem com práticas e mecanismos concretos de controle, regulamentação e organização da sociedade. Assim, o dispositivo opera como um meio de tornar efetivas estratégias de governabilidade, legitimando saberes que sustentam formas específicas de exercício do poder.

A força explicativa do dispositivo reside em sua capacidade de revelar os mecanismos pelos quais saberes são mobilizados estrategicamente em conjunturas históricas específicas, conformando-se a interesses políticos e econômicos variáveis. Esse ajuste tático ocorre na interseção entre o campo do discurso (instituições do saber, regimes de verdade, normatizações discursivas) e o campo extra-discursivo (práticas institucionais, tecnologias de governo, mecanismos de controle e disciplinarização).

Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma

urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. Este foi o caso, por exemplo, da absorção de uma massa de população flutuante que uma economia de tipo essencialmente mercantilista achava incômoda: existe aí um imperativo estratégico funcionando como matriz de um dispositivo, que pouco a pouco tornou-se o dispositivo de controle-dominação da loucura, da doença mental, da neurose (Foucault, 2012, p. 365).

Dessa forma, o dispositivo não apenas reflete relações de poder-saber, mas efetivamente as organiza e operacionaliza, estruturando os modos pelos quais indivíduos e populações são governados. Seu caráter tático e estratégico evidencia que não há um centro fixo ou um agente único controlando o dispositivo, mas sim uma rede de forças que se ajustam e reconfiguram em função das conjunturas históricas e dos interesses políticos e econômicos em jogo. Ou seja, o dispositivo atende, antes de tudo, a uma demanda histórica (Sueli Carneiro, 2023, p. 27):

Assim, o dispositivo ajusta em si uma gama de elementos instáveis, partículas que podem se reconfigurar de acordo com o anseio das táticas. Não se trata de uma estrutura dura e regular, mas de um arranjo maleável que tem a sua forma definida no plano histórico. Ao se constituir, um dispositivo fica disponível para ser operacionalizado em diferentes circunstâncias e momentos, se autorreproduzindo mediante seu preenchimento estratégico. Se, na composição de um dispositivo, o primeiro passo é demarcar seus componentes heterogêneos, o segundo é “demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos.

Para desenharmos melhor, é importante reiterar que a criação de um dispositivo ocorre em duas etapas essenciais: primeiramente, define-se um objetivo estratégico, a intervenção que esse dispositivo causará na sociedade. Esse objetivo pode ser entendido como uma motivação tática que impulsiona sua criação, estabelecendo as bases para sua estrutura e funcionamento.

Posteriormente, a constituição do dispositivo, na qual adquire suas características próprias e sua forma específica de distribuição. É nessa fase que o dispositivo se materializa e se torna operante. Esse estágio é marcado por dois processos centrais: por um lado, há a configuração e reconfiguração contínua de suas composições, resultantes das múltiplas funções que ele desempenha; por outro, emergem os diferentes efeitos que podem ser tanto de controle e censura quanto de estímulo e incitação. Esses efeitos, intencionais ou não, interagem de maneira dinâmica, podendo reforçar ou desafiar uns aos outros.

A construção foucaultiana que mais influencia Sueli Carneiro (2023) é *História da Sexualidade I: A vontade de Saber*. Nesse texto, Foucault (2020) realiza uma inversão fundamental da hipótese repressiva ao deslocar a análise da sexualidade do campo da interdição para o da produção discursiva. Em vez de compreender o sexo como um objeto silenciado pelo poder, o autor investiga as condições históricas que possibilitaram a proliferação de discursos sobre a sexualidade no Ocidente moderno, articulando saber, poder e práticas sociais. Ao fazê-lo, Foucault (2020) questiona as leituras predominantes, especialmente aquelas difundidas no contexto intelectual dos anos 1960, que concebiam a modernidade como marcada essencialmente pela repressão sexual, evidenciando o papel produtivo do poder na constituição das normas sexuais e na fabricação dos sujeitos.

A sexualidade, nesse quadro, emerge como um campo estratégico de intervenção política e epistemológica, regulado por um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, práticas médicas, jurídicas e pedagógicas. Foucault (2020) denomina esse arranjo de dispositivo da sexualidade, destacando sua capilaridade e sua capacidade de produzir regimes de verdade sobre o sexo. Esses regimes não apenas definem o que pode ser dito e pensado como verdadeiro, mas também organizam os limites do normal e do patológico, sustentados por saberes científicos como a medicina e a psiquiatria, que assumem papel central na normalização dos corpos e na regulação dos desejos.

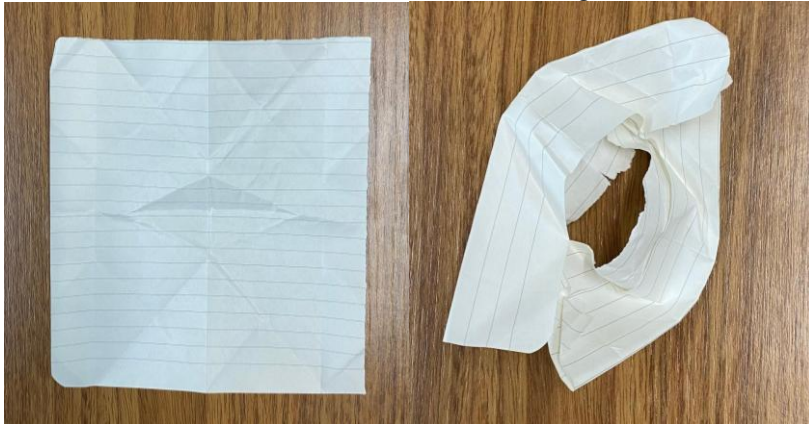
Ao longo do século XIX, a ciência do sexo consolida-se como um campo privilegiado de produção de verdade, articulando-se à moral e ao direito para patologizar comportamentos considerados desviantes. Esse processo legitima intervenções médicas, pedagógicas e jurídicas, sustenta práticas racistas e eugenistas e fundamenta mecanismos de exclusão e punição. Foucault (2020) evidencia que a produção da verdade sexual ocorre tanto pela ciência sexual, que investiga o outro previamente marcado como anormal, quanto pela arte erótica, presente em outras culturas, que extrai a verdade do próprio prazer e opera segundo uma racionalidade distinta da normalização ocidental.

A prática da confissão ocupa lugar central nesse dispositivo, funcionando como uma tecnologia histórica de produção da verdade do sexo. Institucionalizada desde a Idade Média e, posteriormente cientificizada, a confissão transforma o sujeito em portador de uma verdade interior que deve ser continuamente revelada, examinada e corrigida. Psicólogos, médicos e juristas passam a ocupar a posição de intérpretes legítimos dessa verdade, convertendo a sexualidade em um campo intensamente patologizado, articulando a interioridade, o saber científico e o exercício do poder.

Por fim, Foucault (2020) demonstra que a sexualidade se constitui como um dispositivo histórico profundamente vinculado ao biopoder e, em particular, ao poder pastoral, que governa os sujeitos por meio da vigilância contínua, do autoexame e da autorregulação. Centrado na família como elemento tático fundamental, o dispositivo da sexualidade duplica e medicaliza as relações de aliança, projetando-se sobre instituições como a escola, a prisão, a igreja e o Estado. A sexualização dos corpos – inicialmente dirigida às mulheres da burguesia europeia dos séculos XVIII e XIX – revela como classe, moralidade e saber científico se articulam na produção das subjetividades modernas, evidenciando que a sexualidade não é um dado natural, mas uma construção histórica atravessada por relações instáveis entre saber, poder e práticas sociais.

Aprendendo pelas dobras, rasgando, dobrando em um novo chão: a leitura de Sueli Carneiro

FIGURA 3 — A desdobra e o rasgo



Fonte: fotografado pelos autores.

A construção sobre conceitos como canoas de papel nos permite visualizar sua maleabilidade, suas trajetórias inesperadas e a necessidade de manuseá-los sem a pretensão de os fixar em um sentido definitivo. Michel Foucault (1987) apresenta o conceito de dispositivo como um conjunto heterogêneo de práticas, discursos e instituições que produzem efeitos de poder e subjetivação. No entanto, essa compreensão pode ser dobrada e rasgada por leituras que consideram suas implicações para experiências históricas específicas.

Sueli Carneiro (2005) realiza esse movimento ao propor um novo direcionamento para essa canoinha, desfazendo suas dobras e construindo seu próprio conceito, pensando com os seus negros pés que pisam em território brasileiro, a leitura autoral de dispositivo de racialidade. Se Foucault constrói sua analítica do biopoder a partir da Europa, permitindo-nos a construção das estratégias da sexualidade, Sueli Carneiro rasga esse conceito, expande-o para revelar as camadas de opressão que são operadas pelo racismo estruturante na cena colonial brasileira, utilizando sua analítica para analisar a racialidade.

Essa leitura dá um passo adiante não apenas ao desdobrar o conceito, mas também o rasgar, criando uma chave de interpretação da realidade brasileira. Para Carneiro (2011), a luta política e epistemológica das populações negras no Brasil consiste em dobrar e redobrar essas estruturas, subvertendo seu funcionamento por meio de estratégias de afirmação e reivindicação de espaços. Sua leitura do dispositivo não se limita a uma análise crítica; ela propõe uma nova engenharia conceitual e política, transformando esse conceito de dispositivo em ferramenta de emancipação.

Pensar os conceitos como canoas de papel nos lembra que eles não são estanques, mas sim suscetíveis a novas dobras e cortes. Se Foucault nos ensinou a reconhecer os dispositivos como organizações de poder e saber, Sueli Carneiro nos mostra como os rearticular para que deixem de ser instrumentos de opressão e se tornem veículos de novas possibilidades históricas. Ao aprender pelas dobras e ousar rasgar, surge um novo chão sobre o qual se pode construir outras formas de existência e resistência. Decolonizar.

Aos seguir e observar as dobras de Foucault (2020), Sueli estuda a sua construção genealógica em *História da Sexualidade: a Vontade de Saber*, cuja pesquisa reside em demonstrar que o controle da sexualidade na Modernidade esteve intrinsecamente ligado à constituição da identidade burguesa e ao seu projeto político. Como destaca Sueli Carneiro (2023), a sexualidade não foi apenas um instrumento de sujeição de uma classe sobre outra, mas, antes disso, serviu à autoafirmação e ascensão da própria burguesia. Nesse sentido, a normatização das práticas sexuais e a moralização dos corpos, especialmente do corpo feminino, consolidaram-se como estratégias fundamentais para a manutenção da ordem burguesa, ancorada na manutenção da família nuclear branca, burguesa e heteronormativa.

A partir das análises de Foucault, ela pôde compreender que o dispositivo de sexualidade opera, primeiramente, como uma forma de proteção e fortalecimento da burguesia, antes mesmo de ser empregado como mecanismo de dominação sobre outros grupos sociais. Esse dispositivo, ao estabelecer códigos de conduta e regulamentar os corpos e os desejos, garantiu a delimitação de um espaço social específico para a

burguesia, distinguindo-a das demais camadas sociais e assegurando a reprodução dos seus valores e privilégios.

No entanto, para Sueli Carneiro (2023), essa estratégia de autoafirmação burguesa não se limitou ao controle da sexualidade. A racialidade emergiu como um dispositivo complementar, conferindo à cor da pele um novo estatuto no processo de hierarquização social. Dessa forma, a construção da hegemonia burguesa não apenas disciplinou os corpos femininos dentro da lógica familiar, mas também operou no sentido de racializar a sociedade, instituindo diferenças que sustentaram a exploração e a exclusão de determinados grupos raciais.

Seguindo essas marcas, amassadas e desgastadas por Foucault, sobre a estratégia de afirmação da burguesia enquanto classe hegemônica, Sueli Carneiro (2023) propõe a hipótese de um dispositivo de racialidade. Se, como aponta a autora, a cor da pele adquire um novo estatuto nesse processo, então a racialidade não apenas acompanha a sexualidade, mas a expande e a atravessa, delineando um campo mais complexo e abrangente de poder e normatividade.

Para a autora, há na construção de Foucault um não-dito que pode residir precisamente nessa intersecção entre sexualidade e racialidade. Enquanto o dispositivo de sexualidade estabelece normas e regulações sobre os corpos e os prazeres, o dispositivo de racialidade reforça essa normatividade ao instituir a brancura como o ideal de humanidade. Ela afirma que o Eu, ao se deparar com a racialidade, encontra uma matriz de superioridade baseada na produção do outro como inferior. Essa produção não é meramente excludente, mas também agenciadora de uma ordem em que a brancura se alicerça como medida de razoabilidade, normalidade e vitalidade (Sueli Carneiro, 2023).

Nesse sentido, o dispositivo de racialidade aciona uma fissura maniqueísta de dualidade entre o positivo e o negativo. A cor da pele se torna um signo central de identificação, e a brancura, ao mesmo tempo em que é positivamente afirmada como norma desejável, torna-se, então, o homogêneo, precisa rejeitar seu outro (o heterogêneo) para sustentar sua posição hegemônica. Esse mecanismo inscreve corpos negros dentro de um paradigma

de inferioridade, reiterando desigualdades estruturais e consolidando hierarquias raciais que ultrapassam a mera classificação fenotípica.

Além disso, a racialidade redefine a própria concepção de humanidade, humanismo e homem, estabelecendo a brancura como seu sinônimo e hierarquizando as demais dimensões do ser a partir de sua proximidade ou distanciamento desse padrão. Dessa maneira, ao propor novos horizontes para análise foucaultiana, percebe-se que a construção da subjetividade moderna não pode ser compreendida sem levar em conta a imbricação desse dispositivo de racialidade, que opera, que estrutura, a sociedade brasileira (Wheber Santos, 2024).

Antes de retornarmos a uma análise do dispositivo de racialidade, precisamos sustentar que, na análise de Sueli Carneiro (2023), há um paralelo entre o que ela chama de contrato racial e as suas próprias construções. Por uma questão didática da própria formulação teórica da autora e desta pesquisa, entendemos que

beneficia-se das representações construídas sobre o negro durante o período colonial no que tange aos discursos e às práticas que justificaram a constituição de senhores e escravos, articulando-os e ressignificando-os à luz do racismo vigente no século XIX (Sueli Carneiro, 2023, p. 37-38).

Dessa maneira, vamos resgatar a construção teórica do próprio contrato racial, fornecendo base para a compreensão da emergência do dispositivo de racialidade (Wheber Santos, 2025).

Considerações finais

Voltar à Prainha é, também, reencontrar o gesto inaugural da pesquisa: aquele que, com mãos pequenas e cheias de cuidado, dobra uma folha usada, erra a linha, tenta de novo, e a lança à água, aceitando que pode ou não flutuar. Essa imagem, que parecia apenas uma lembrança de infância, tornou-se, nesta escrita, uma metáfora vital para compreender o

trabalho com conceitos, especialmente aqueles que emergem de experiências situadas, marcadas por raça, classe, território e história.

Ao longo desse percurso, compreendemos que os conceitos não são verdades absolutas a serem descobertas, mas criações que nascem de urgências, de tensões, de problemas inscritos em contextos históricos e políticos específicos. Como as canoinhas de papel, eles se dobram, desfazem-se, redesenham-se. Michel Foucault, ao inventar o conceito de dispositivo, convidou-nos a olhar para os cruzamentos entre saber, poder e subjetivação, revelando as engrenagens que operam nas práticas cotidianas. Sueli Carneiro, por sua vez, desdobrou e rasgou essas mesmas engrenagens para forjar, com seus próprios pés negros sobre o chão colonial, o conceito de *dispositivo de racialidade*, que expõe as articulações históricas e estruturantes do racismo na formação da sociedade brasileira (Santos, 2024).

Pensar conceitos como canoinhas é reconhecer sua fragilidade e sua força. É saber que eles podem naufragar sob o peso da rigidez, mas que, quando feitos com escuta, rasura, gesto e desejo, podem flutuar mesmo em águas revoltas. Mais do que encaixar ideias em moldes pré-fabricados, este trabalho tentou dar forma a uma filosofia encarnada, que nasce do chão, da infância, da memória, das práticas negras de resistência.

Dobrar, rasgar, redobrar: esse foi o gesto teórico-político aqui exercido. Que sigamos criando conceitos como quem solta barquinhos no rio – não para os controlar, mas para aprender com seus desvios, com sua dança entre correntezas e ventos, com a beleza de flutuar mesmo quando tudo ao redor parece querer afundar.

Referências

CARNEIRO, Sueli Aparecida. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 254f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli Aparecida. *Dispositivo da racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. São Paulo: Zahar, 2023.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

DOMÈNECH, Miquel; TIRADO, Francisco; GOMES, Luiz Henrique. Dispositivos, ação e ecologia das práticas. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 40-57, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa *et al.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves e Maria Thereza de Almeida. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

FOUCAULT, Michael. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Introdução traduzida por Antonio Cavalcanti Maia. Revisão técnica de Vera Portocarrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica*. Trad. José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1978.

REVEL, Judith. Foucault com Merleau-Ponty: ontologia do presente e história da verdade. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Foucault hoje*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 149-166.

SANTOS, Wheber Mendes dos. Um Ebó para descarregar Foucault da Colonialidade: os usos da analítica Foucaultiana em Sociedades Coloniais. *History*

of Education in Latin America – HistELA, Natal, v. 7, n. 1, p. 1-13, 2024. DOI: <https://doi.org/10.21680/2596-0113.2024v7n1ID38035>. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/38035>. Acesso em: 19 dez. 2025.

SANTOS, Wheber Mendes dos. *Dispositivo de racialidade, processos de subjetivação e (anti)negritude: generificação, epistemicídio, interdição, silenciamento e violência como processos educacionais da raça*. 2025. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2025.

VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault e a educação: entre o ontem e o agora. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 7-34.

WEINMANN, Amadeu de Oliveira. O dispositivo foucaultiano e a pesquisa em psicologia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 407-414, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722006000300001>.

Data de registro: 30/07/2025

Data de aceite: 03/12/2025